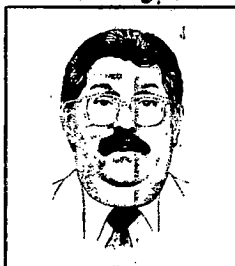


Economia e a carruagem virou abóbora



Fragilidade da estabilização começa a se revelar à medida que o tempo passa

Um estrangeiro que examinasse o País, somente através das lentes de um setor ponderável de nossa imprensa, certamente ficaria esquisofrênico se tentasse entender o que se passa neste início de governo Fernando Henrique Cardoso.

No final do ano passado e início deste, alardeou-se aos quatro ventos que há muito tempo o Brasil não vivia um período de tamanha prosperidade, graças aos efeitos quase milagrosos do chamado Plano Real. As vendas do comércio, a produção da indústria automobilística e uma série de outros indicadores foram providencialmente utilizados para atestar tais colocações. A tão falada "estabilidade" teria sido "conquistada" e o que restaria agora seriam alguns ajustes aqui e ali para vivermos no melhor dos mundos.

Quarenta dias depois, com a divulgação atabalhoada do espantoso déficit comercial de R\$ 832 milhões em dezembro, das pendengas existentes entre governo e Congresso e da batalha criada em torno do salário mínimo, vê-se que a pílula não é lá tão dourada assim.

O episódio do salário mínimo é por si só ilustrativo. Eleito com a promessa de elevar o salário a US\$ 140, o presidente agora alega que sua majoração de R\$ 70 para R\$ 100 "colocaria em risco a estabilidade do plano". Ora, mas que estabilidade é

essa que pode ser colocada em cheque por R\$ 30, enquanto o escandaloso aumento nos salários do presidente, dos ministros, tecnocratas e parlamentares em nada o afetam? Isso, para não falar da "ajuda" que o governo tenciona dar ao México, cujo destino, na verdade, será o cofre dos banqueiros americanos.

A fragilidade da estabilização econômica começa a se revelar à medida que o tempo passa. O chamado Plano

Real na verdade não tem nada de original; é apenas uma cópia com algumas adaptações dos planos já realizados no México e na Argentina sob a batuta do que se convencionou chamar "Consenso de Wahington", uma reunião ocorrida na capital americana há seis anos entre representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos bancos internacionais e membros dos governos latino-americanos. A fórmula adotada era quase uma só: dolarizar as economias dos países do continente, abri-las às importações, privatizar estatais de setores estratégicos (como telecomunicações e energia) e enxugar ao máximo os gastos do governo (como os das áreas sociais), criando aquilo que se constitui na verdadeira tara dos chamados economistas neoliberais: o tal Estado mínimo.

Tudo andaria às mil maravilhas se a realidade não teimasse em desmentir os mais caros dogmas neoli-

berais, como ocorreu com o México. Até 20 de dezembro, o México era o modelo dos economistas do governo FH. Foi aberto para as importações, dolarizou sua economia e arrochou seus salários como forma de atrair empresas estrangeiras para o país, através da desregulamentação da legislação trabalhista e enfraquecimento do movimento sindical. Mas assim como a carruagem da Cinderela virou abóbora à meia-noite, a ilusão mexicana virou pó da noite para o dia. Importando mais do que exportando, com grande parte de seu parque industrial sucateado e sem empresas estatais para alavancar o reerguimento do país, o México vive agora uma situação em que somente com mais empréstimos externos poderá tentar sair do buraco em que se meteu num prazo razoavelmente longo.

As condições draconianas impostas pelo Senado americano para efetivar o empréstimo de US\$ 40 bilhões ao México incluem a cessão pelo país de parte de suas reservas petrolíferas ainda não exploradas. Sem condições de negociar em bases razoáveis, a soberania mexicana sai desse episódio totalmente enfraquecida por obra e graça de um ajuste econômico irresponsável.

Após estes acontecimentos, o governo FH ao invés de reorientar seu plano econômico para tentar evitar o pior, realizou apenas algumas alterações cosméticas, voltando a aventar pelos jornais a aplicação da velha cantilena neoliberal. Ou seja:

■ privatizar a previdência social, um negócio altamente lucrativo, ao invés de torná-la mais eficiente, combatendo as fraudes e os delitos. A

previdência privada acaba se tornando muito cara para a maioria dos segurados, acontecendo o que já ocorreu no Chile, onde 45% dos trabalhadores não podem pagar as suas mensalidades;

■ acabar com a CLT e com diversas conquistas trabalhistas através de um modelo de contrato coletivo de trabalho que passa por cima da própria Constituição;

■ implantar o pluralismo sindical que trará a divisão para as diversas categorias e consequente enfraquecimento dos Sindicatos;

■ continuar a vender as empresas estatais a preço vil deixando-nos sem condições de alcançar um desenvolvimento auto-sustentado.

Você pode argumentar que se este fosse o sacrifício necessário para termos uma economia estabilizada, o preço até valeria a pena. No entanto ele é extorsivo para uma estabilização artificial e temporária. O peso mexicano, que era mantido estável em relação ao dólar, perdeu 60% de seu valor na noite do dia 20 de dezembro último. A moeda argentina está prestes a seguir o mesmo caminho. A exemplo do bordão insistentemente repetido pelos tecnocratas da área econômica, também achamos que o Brasil não é o México. Mas não pelas razões por eles listadas, mas porque aqui os trabalhadores e o povo se mobilizarão contra a pauperização crescente e a política de terra arrasada materializada pelos planos neoliberais que não passam de abóbora fantasiada de vistosas carruagens.

■ Antonio Neto é presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Federal Sindical Mundial (FSM)